



Notícias - Ed. 5/ Janeiro de 2010

As violações reiniciaram no Haiti

Por: Sarah Babiker - Artemisa Notícias

Uma semana após o terrível terremoto que assolou o Haiti, o pequeno país apresenta uma situação que comove e preocupa. O desastre aconteceu em um dos países mais pobres do mundo, que está no 154º lugar do índice de desenvolvimento humano, e na última posição do continente americano. E foi reiniciada uma prática enraizada na cultura do país: as violações contra as mulheres.

Antes do terremoto, cerca de 80% da população sobrevivia na indigência, 60% não tinham trabalho, e a esperança de vida apenas superava os 50 anos. A taxa de mortalidade infantil era de 80%. Sem água potável e com desnutrição crônica, o Haiti detinha outro recorde negativo: a mais alta taxa de mortalidade materna na região, com 670 mortes a cada 100.000 nascidos vivos.

Enquanto ainda não é possível contabilizar quantas dezenas de milhares de vidas se perderam, o desespero dos sobreviventes se torna patente. A grande precariedade pré-existente tem evidenciado a carência de recursos para enfrentar uma tragédia dessa magnitude, recrudescida pela dificuldade de uma distribuição eficiente da ajuda, como consequência da falta de coordenação e da insegurança.

A ausência de segurança não afeta somente a efetividade da distribuição de toneladas de comida, água potável e medicamentos. Ela repercute em todos os âmbitos sobre a população, sobretudo em seus grupos mais vulneráveis de mulheres e meninas. No Haiti, as agressões sexuais contra elas já causavam preocupação antes do terremoto. Os milhares de presos que o terremoto liberou das prisões, ao derrubá-las, agora estão munidos de armas e de volta às ruas. Em Cité Soleil, a maior favela de Porto Príncipe, onde a duras penas chega a ajuda ou qualquer autoridade, noticiaram-se as primeiras violações de mulheres.

Esse tipo de violência está tristemente enraizado, especialmente nos períodos mais turbulentos da história do país. No início dos anos 90, após o golpe de Estado de Raul Cedras, que derrotou o presidente eleito Jean-Bertrand Aristide, foi criado o FRAPH, grupos de extrema direita que perseguiram a resistência democrática sem piedade, conhecidos por sua total falta de respeito pelos direitos humanos, e por estarem entre os mais selvagens em suas práticas, que incluíam as violações e mutilações de mulheres.



Em 1996, a Comissão Nacional para a Verdade e a Justiça do Haiti declarou que a violação foi sistematicamente usada como arma política, com o fim de infundir o medo entre os setores da sociedade suspeitos de apoiar o governo democrático. As haitianas clamaram por justiça, e em 1997 foi celebrado em Porto Príncipe o Tribunal Internacional pelo Fim da Violência Cometida contra as Mulheres, que pretendia fortalecer a capacidade dos organismos vigiarem e documentarem a violação dos direitos das mulheres no Haiti.

As Mortes de Duas Ativistas

As organizações de mulheres têm expressado pesar pelo desaparecimento no terremoto de duas ativistas que lutaram pela igualdade das mulheres haitianas, e pelo fim da violência contra elas: Myriam Merlet e Magalie Marcellín. Suas mortes foram anunciadas pelo movimento *Marcha Mundial de Mujeres*.

Merlet, que foi assessora especial do Ministério da Condição Feminina e dos Direitos das Mulheres do Haiti, estava entre as líderes da marcha de 30.000 mulheres, que, em 13 de abril de 1986, apenas dois meses após a derrocada da ditadura de Jean-Claude Duvalier, tomaram as ruas da capital para demandar o fim da pobreza, da hostilidade sexual e das violações, e também para demandar o acesso a empréstimos, trabalho e educação para as mulheres.

Magalie Marcellín, da organização *Casa de las Mujeres*, trabalhava para educar as mulheres jovens sobre seus direitos. Destacou-se a sua participação de 2007 no Haiti, quando as organizações feministas denunciaram à Organização das Nações Unidas (ONU) os mais de 100 capacetes azuis da ONU vindos do Sri Lanka, que foram deportados por associação ilícita ao terem pagado um dólar a meninas de até 13 anos de idade para fazerem sexo com elas, e organizaram o primeiro tribunal alternativo de mulheres contra a violência no país, rompendo silêncios e reabrindo o debate sobre a violência no Haiti. Também era ativista da *Marcha Mundial de Mujeres*.

Frente ao medo de um recrudescimento da violência contra a mulher, a organização *Pon Fin a la Violencia* tem implementado uma campanha pelas mulheres haitianas a partir do seu sítio na internet.

Muitas outras organizações insistem na importância de se proteger e apoiar a população haitiana e as mulheres e meninas após o terremoto. Ademais, o papel das haitianas será imprescindível na reconstrução, uma vez que elas chefiam, sozinhas, 43% das famílias.

O UNFPA (Fundo de População da ONU) e a Rede *Petateras* (composta por feministas com uma ampla trajetória na defesa dos direitos humanos, da igualdade de gênero e da justiça social em diferentes países do continente americano) concordam que os desastres naturais incidem de modo diferenciado sobre a população, deixando as mulheres em situação de



vulnerabilidade em função da discriminação pré-existente. O UNFPA destaca a necessidade de priorizar os milhares de mulheres grávidas que carecem de assistência.

Por outro lado, após se reunirem na República Dominicana, os organismos internacionais e as associações civis que atuam no país fizeram um apelo a todas as organizações de mulheres e feministas, para que ajudem a captar pessoal médico especializado, necessário nas zonas em que estão operando: a fronteira entre os dois países e a cidade de Jacmel.

Por fim, o Fundo das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), através de um comunicado assinado por sua diretora geral, Inés Alberdi, difundiu seu compromisso – em colaboração com o Governo do Haiti e o Sistema das Nações Unidas – de assumir *'um enfoque sensível à questão de gênero e baseado nos direitos humanos na hora de realizar seus esforços e ações de recuperação e reconstrução'*. No mesmo documento, o UNIFEM reafirmou sua intenção de *'seguir apoiando as organizações da sociedade civil, incluindo as organizações de mulheres que têm uma longa história de prestação de serviços sociais, desenvolvimento comunitário e mobilização social'*.